

O que me chama mesmo a atenção é a tentativa, desde já, de se criar um ambiente confuso, nebuloso, achando que o povo paulista é tonto. Ontem, quando ficamos sabendo da CPI, logo tomamos posição: assinamos a CPI aqui e mantivemos nossa coerência histórica.

Demos uma olhada no objeto: não é o que queríamos, mas está garantido o tema principal. Vamos assinar. Alguém da oposição conseguiu assinar a CPI ontem? Porque o governo - não sei quem formulou, se foi o presidente da Casa, qual foi o comando disso - recolheu assinatura da base e espalhou para o estado inteiro: “Agora sim tem uma CPI”. Colocaram-se como os heróis das crianças, que agora padecem de fome nas escolas por falta de merenda.

Os heróis da moralidade e da ética assinaram a CPI e nós não, como se tivéssemos nos recusado. Mais que isso: há até apontamentos aqui de que a CPI vai investigar prefeituras e prefeitos. Que investigue prefeituras e prefeitos.

Se alguém achava que tinha algum acordo, percebeu que não tinha acordo. E se alguém, à revelia da vontade da maioria dos deputados de oposição, tentou fazer algum acordo, foi traído, porque houve uma manobra política clara. É óbvio que sucumbe, ridícula, termina nela mesma. Nossa luta pelo esclarecimento da CPI continua.

Sr. Presidente, essa história de traição - que vale para todo mundo, seja da situação ou da oposição - é a do sapo e do escorpião. Ambos viviam num continente. Esse continente foi incendiado e todos os seres precisaram fugir para outro continente.

O escorpião, ao invés de preparar a sua fuga, saiu dando ferroada por aí, como é da sua natureza. Ele percebeu que estava ficando sozinho quando viu o último ser indo embora. E o chamou: “Sapo, pelo amor de Deus, não vá embora. Eu preciso atravessar para o outro continente e não sei nadar. Sem a sua ajuda eu não consigo.”

O sapo olhou para ele e disse: “Mas por que deveria acreditar em você, escorpião? Você vive dando ferroada, com a sua petulância não conversa com ninguém, quando está por cima não quer saber de ninguém. Agora que se viu sozinho quer minha ajuda para atravessar o continente? Por que deveria conversar com você?”

“Olha, sapo, eu errei muito, ferroei muita gente, humilhei muita gente, mas sou digno de confiança porque estou arrependido. Pode confiar que eu quero atravessar em paz o continente.”

O sapo, cristão, que era, deputado Barros Munhoz, resolve ajudar o escorpião. E começam a travessia. Durante a travessia, o escorpião está lá em cima falando: “o senhor é um homem de muita postura, porque os meus me traíram, me deixaram sozinho, mas felizmente sobrou alguém aqui com dignidade para me ajudar a atravessar”. Na hora em que o sapo dá o primeiro passo no continente, põe o pé na terra, é ferroadado pelo escorpião. Ele vira para o escorpião e fala: “você fez um acordo comigo. Coloquei os pés no continente, e você me traiu”. Ele respondeu: “sapo, peço desculpas, mas a traição faz parte da minha natureza; é mais forte do que eu”. Se alguém viu alguma semelhança com alguma coisa, é mera coincidência. Mas diz a lenda que vale reparar bem. Reparando bem, conseguimos ver quem parece com o escorpião e quem parece com o sapo. Tenho dito, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É regimental o pedido de V. Exa., porém o deputado Coronel Telhada está inscrito para falar.

Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada, pelo tempo regimental.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, funcionários da Assembleia Legislativa e telespectadores da TV Alesp. Eu estava em meu gabinete atendendo a algumas pessoas, prestando atenção na sessão ordinária que se desenvolvia, quando ouvi os debates interessantes e acalorados. Resolvi participar dos mesmos, até pelo que foi dito aqui quanto aos problemas que ocorreram na última semana. Aqui foi falado da democracia da Casa, quando ela foi invadida, não ocupada. Foi violentamente invadida e, não bastasse isso, foi uma invasão patrocinada por um deputado aqui presente. Quem fala não é o Coronel Telhada: toda a mídia social e a imprensa mostraram isso. Nesta tribuna, o deputado Welton Gasparini fazia uso da sua função de deputado, mas teve sua liberdade individual violentamente travada.

O que fazemos mais aqui é falar. Se agíssemos tanto quanto falamos, o Brasil estaria muito melhor. Mas o deputado fala e fala. E até nisso estamos tendo nosso direito travado, como aconteceu com o deputado Welson Gasparini, porquanto a Casa foi invadida. As imagens são claras. O deputado é um senhor de quase 80 anos, um respeitável homem público, que ficou assustado com a invasão, ficou sem ação. Mas é lógico, meus amigos deputados estaduais: invadir uma democracia legislativa é democracia no Brasil. É invasão, não ocupação pacífica. Pular em cima das mesas, espantar os funcionários - isso é democracia no Brasil. Eu e os demais deputados fomos desafiados nesta Casa Legislativa por meninos que se dizem estudantes e, em vez de estudar, estão representando partidos políticos e ideias políticas ultrapassadas, se dizendo democratas. E vêm aqui atrapalhar nosso serviço. Isso é democracia para algumas pessoas; para mim, chama-se bandalheira, anarquia.

Não bastasse a invasão da nossa Casa, houve o caso dos policiais militares fardados, de serviço, que estavam aqui para cuidar da segurança dos senhores deputados, dos funcionários e dos frequentadores desta Casa. Deputado Barros Munhoz, V. Exa. é um dos mais antigos aqui presentes. Esses policiais escalados em serviço também foram violentamente tratados, por falta de educação, com palavras de baixo calão.

Como não bastasse isso, o mesmo deputado que incita a invasão do plenário publicamente - pois passa para toda a imprensa brasileira - agride o subtenente Pina com um violento empurrão e, quando ele se desloca por causa do empurrão, acaba acertando uma cabo que estava atrás dele e foi ferida. Machucou o ombro e a boca. Estive com ela ontem em um evento no Quartel General.

Essa é a democracia apresentada nesta Casa. Aqueles que mais acusam a Polícia Militar de violenta, de agressora dos Direitos Humanos, que mata preto e pobre na periferia, aqueles que mais gritam contra a violência, vêm praticar violência nesta Casa contra quem cuida deles. E vem me contar a história do escorpião! Fala que o escorpião picou o sapo. É verdade. É da condição da pessoa. É verdade. A pessoa que não é confiável faz isso, porque se apresenta de uma maneira, mas age de outra.

É fácil fazer isso com um policial militar que está aqui dentro, de serviço. Aqui há um poder de subordinação, um poder hierárquico, um poder regulamentar. É fácil tratar um policial assim. E depois vem pedir desculpas? Diz: “Não, eu me desculpei com o policial. O policial estava me chutando por baixo. O policial estava pisando na coitada da menininha.” É fácil. Arrumamos mil desculpas.

Srs. Deputados desta Casa, independentemente do partido, hoje é um dia em que nós temos uma votação ocorrendo em Brasília, que, com certeza, mudará os rumos do Brasil. Temos a esperança - e quase a certeza, mas só o tempo dirá - de que o impeachment da presidente Dilma será aprovado. É triste porque antes não fosse necessário nada disso. Antes estivéssemos todos bem, mas, infelizmente, chegou a esse ponto.

E vêm falar em traição. Vêm falar em falta de confiabilidade. O Brasil foi traído, sim. Nossa pátria, hoje, está de ponta-cabeça. Nós não sabemos o que acontecerá a partir de amanhã. E essas mesmas pessoas que falam em direitos e liberdade são as que vêm falar que a luta continua. Que luta, meus amigos? Que luta continua? Digam-me. Não entendi. Que luta continua?

Eu desconheço luta fora da Constituição. Eu desconheço movimentações fora da Constituição. Luta, para mim, é uma coisa ilegal, porque vai partir fora da lei. Luta de classes, para mim, é guerrilha urbana. É terrorismo.

Conversava, agora, com o deputado Pedro Tobias. Esteve visitando um parlamento em outro país e contava-me dos graus de segurança que havia no local para se chegar ao Parlamento: quatro anéis de segurança, com pessoas armadas, inclusive. Por quê? Porque no país que S. Exa. visitou os grupos já andam armados na rua, com fuzil, metralhadora e atentado a bomba. É isso o que nós queremos para o Brasil, meus amigos? É isso o que nós queremos? É isso o que nós estamos pregando aqui? A violência?

Digo para V. Exas. uma coisa: eu sou o primeiro a combater isso. Sabem por quê? Porque nós, policiais, seremos as primeiras vítimas. Nós seremos os primeiros a morrer. Eu tenho um filho 1º tenente na rua a esta hora. Não desejo isso para meu filho e para ninguém.

Então, nós precisamos mudar esse discurso, aqui. Precisamos mudar nossas posturas. Conversei, outro dia, com o deputado José Zico Prado, por quem tenho grande consideração. Conversávamos sobre a nossa responsabilidade ao falarmos sobre o problema atual, ao exortarmos a luta: “A luta ainda não acabou! Golpe!” Que luta não acabou?

Estamos incentivando a criminalidade e a violência. Todas as V. Exas. são responsáveis pelo que falam aqui e na imprensa, pelas atitudes que fazem. Não adianta depois vir pedir desculpa. Nós somos homens barbados de cabelo branco. Temos que ter responsabilidade. Vêm aqui falar um monte de asneiras e depois falam: “Desculpa!”

Srs. Deputados, o Brasil passa por um momento muito tenebroso, muito difícil. Ou nós apaziguamos a nossa juventude, os nossos trabalhadores, o nosso comércio, ou nós choraremos lágrimas de sangue. As atitudes que ocorreram aqui na semana passada são atitudes criminosas. E vou dizer uma coisa para os senhores, eu não sou de ficar falando. Eu, o deputado Coronel Camilo e o deputado Delegado Olim já tomamos providências, colocamos no papel. Estamos denunciando à Comissão de Ética os crimes que aconteceram aqui na semana passada, que é o que o deputado tem que fazer.

Vamos pensar bem no que nós estamos fazendo. Vir aqui falar de petróleo, de “metrozoão”, não sei mais o que “ão”, arruma-se um monte de “ão” para lembrar. Só que como diz a história do macaco, é sentar no rabo e apontar para os outros, como se nós fôssemos um poço de santidade para ficar acusando os outros aqui. É muito feio isso. Se minha avó fosse viva, ela iria dar risada e falar: “que pessoal que não tem vergonha na cara faz o que faz e vem apontar o dedo para os outros”.

Srs. Deputados, nós temos uma convivência excelente aqui, só que nós somos responsáveis por nossa atitude.

Eu como coronel da Polícia Militar deixo a minha posição bem clara aqui: é imperdoável qualquer ataque a um policial militar, a um agente da lei, a um funcionário público de serviço. É imperdoável qualquer ataque a esses homens e mulheres que aqui estão trabalhando para nós, recebem do Estado para trabalhar no desenvolvimento da Casa Legislativa e, quando são atacados nos seus serviços, nós achamos algo normal, achamos que é democracia. É imperdoável que um deputado estadual eleito pelo povo nesta Casa democrática, que está exercendo o mandato e trabalhando dentro desta Casa, ser chamado por uma manifestante - não vou nem qualificar - de ladrão. Eu que há 37 anos estou combatendo o crime, aceitar que uma pessoa se sinta no direito de vir e apontar o dedo no meu nariz, deputado Teonílio Barba, e chamar de ladrão. Pergunto a qualquer um dos senhores aqui: quem aceita isso? Se aceitar é porque ladrão é. Vir me chamar de fascista? Por quê? Por que queremos o cumprimento da lei? E por aí vai.

Vamos pensar no que nós estamos fazendo. Vamos preservar a nossa Casa, vamos preservar o nosso mandato, vamos nos fortalecer e combater a corrupção, mas de maneira correta e não com desvio de foco, e não fazer o que nós estamos vendo nesta Casa, querendo desviar o que acontece em Brasília e trazer para esta Casa o foco de que não está acontecendo nada no Brasil. Reclamavam tanto da CPI e a CPI está aí. “Ah, agora essa CPI não vale”. Por quê? Porque não vai servir de plataforma política, deputado Ed Thomas? É assim, só vale quando é plataforma política?

Essa democracia que só você tem lado para mim não serve. Essa democracia que só você tem razão para mim não serve. E não me assusta, porque eu enfrentei criminosos em toda a minha vida. E se eu tiver que enfrentar criminoso aqui, faço isso com tranquilidade. Por duas vezes fui baleado e não tenho medo de enfrentar criminoso, não.

Por isso é que chamo aqui a todos os senhores à responsabilidade. E repito a história do escorpião. Nós, às vezes, confiamos no escorpião, achando que ele vai respeitar o acordo, achando que o escorpião vai respeitar o que foi tratado, só que o escorpião não respeita nada não, pois a traição é da índole dele. A traição é da índole do escorpião.

Vamos agir juntos, vamos trabalhar, vamos combater a corrupção. Vamos trabalhar pelo nosso Estado, porque para isso nós fomos eleitos. Mas vamos parar com essa pouca vergonha de vir falar numa democracia unilateral, de vir falar da democracia atacando a Polícia Militar, de vir falar da democracia atacando o presidente desta Casa, que foi eleito por nós, de vir falar em democracia atacando e desafiando deputado aqui dentro. Isso é inadmissível e é inaceitável numa democracia, num País onde existe lei. Pode ser aceitável lá no Congo, lá em Cuba onde vocês têm como referência. Aqui no Brasil não. Enquanto eu estiver nesta Casa, combatarei veementemente essas atitudes e me posicionarei sempre contra qualquer atitude ilegal, violenta ou que atente contra as instituições. Fui assim durante meus 33 anos como oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo e serei assim enquanto eu for parlamentar nesta casa.

Espero o apoio de todos os senhores, pelo menos daqueles que estão do lado da lei. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para discutir contra, tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Ausente.) Para discutir, tem a palavra Luiz Carlos Gondim. (Ausente.) Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria apenas de manifestar nossa indignação e nosso repúdio em relação ao comportamento da bancada da bala da Assembleia Legislativa. Eu achava que era a bancada da Segurança pública, mas, depois dos últimos acontecimentos, volto a dizer que é a bancada da bala.

Digo isso primeiramente porque criminaliza um movimento social importante, o movimento estudantil de São Paulo. Em segundo lugar, porque tenta criminalizar o deputado João Paulo Rillo. Não tenho procauração do deputado João Paulo Rillo, mas acho um absurdo essa representação na Comissão de Ética. Somos totalmente contra isso, achamos um exagero, algo desnecessário.

O que aconteceu foi um incidente, e eu inclusive estava perto. O deputado João Paulo Rillo é um pacifista, um democrata, uma pessoa digna que nunca agrediu ninguém. Todos conhecem a história do deputado João Paulo Rillo. Aquilo foi um incidente que ocorreu. Nós estávamos acompanhando, o deputado José Zico Prado estava presente, assim como o deputado Teonílio Barba. Não foi nenhum tipo de agressão à Polícia. Vossa Excelência, sim, agrediu, deputado Coronel Telhada. Vossa Excelência agrediu uma estudante, dando a ela voz de prisão. Parece-me que V. Exa. não colocou isso na representação. Se alguém agrediu alguém foi V. Exa., agredindo uma menina, uma estudante, uma adolescente. Isso está registrado no Youtube e nas redes sociais, a imprensa divulgou o tempo todo o que V. Exa. fez com a menina de uma forma covarde, humilhando-a, dando voz de prisão a ela.

Não sei se V. Exa., naquele momento, achava que era coronel, comandante da Rota ou deputado. Parece-me que V. Exa. confunde um pouco seu papel dentro da Assembleia Legislativa. Portanto, se algo tem de ser apurado, é o comportamento de V. Exa., que agrediu uma menina, uma adolescente, dentro da Assembleia Legislativa, dando a ela voz de prisão.

É lamentável que V. Exa. tenha se comportado dessa maneira, pois V. Exa. deveria defender os servidores da Segurança pública, defender a democracia.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Como há um deputado na tribuna, não permitirei nenhuma outra Comunicação, a não ser ao deputado Coronel Telhada, que foi citado nominalmente. Depois, passarei a palavra ao deputado Teonílio Barba.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente gostaria de falar do meu espanto, pois não sabia que o PSOL e o PT tinham voltado a trabalhar juntos. Parabéns. Também não sabia que o deputado Carlos Giannazi era advogado do deputado João Paulo Rillo, é interessante isso.

Gostaria de dizer, deputado Carlos Giannazi, que V. Exa. deturpa os fatos. Aliás, isso é da sua postura, já estamos acostumados. Estou há um ano nesta Casa e já sei disso, não me causa estranheza. É interessante também que não precisei citar o nome do deputado João Paulo Rillo, mas V. Exa. sabia, ou seja, é público o que aconteceu.

Quero deixar bem claro que nossos deputados inclusive não conhecem a lei. Isso é terrível, senhores. Ele diz que é agressão dar voz de prisão, ou seja, nem conhece a lei da Casa. Estamos em uma situação difícil, na qual um deputado me acusa de uma agressão.

Acho que o deputado Carlos Giannazi tem todo o direito de representar contra mim no Conselho de Ética, já que estava junto com o deputado João Paulo Rillo na hora. Acho que V. Exa. tem que ir à Comissão de Ética e defendê-lo, já que estava junto. Acho inclusive que V. Exa. poderia ter evitado a agressão contra o subtenente Pina. Aliás, se V. Exa. não o fez, é conivente, cometeu um crime também.

As vezes é melhor ficar quieto, pois as pessoas falam, falam e acabam se enrolando mais. Fico feliz de ver o PSOL e o PT novamente juntos, brigando pelas mesmas causas, pois agora isso é público. Quero também dizer da minha tristeza de ver um deputado com o tempo de serviço que V. Exa. tem vir falar essas coisas, pois V. Exa. poderia ter ficado quieto, não precisava ter passado esse ridículo agora, falar o que falou, porque V. Exa. falou, falou, e não falou nada. Vossa Excelência acabou se enrolando mais ainda, deputado, e fazendo acusações contra mim, que não procedem.

Gostaria que V. Exa. representasse, então, contra mim, já que V. Exa. entende que cometi um crime, agredi uma pessoa, porque dei voz de prisão. Vossa Excelência, por favor, represente contra mim. Eu vou me defender também, porque é um direito de todos aqui.

Mas vamos pensar antes de falar. Nós somos deputados em São Paulo, pelo amor de Deus. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, é incomum na Assembleia o que aconteceu hoje.

Eu deixei o plenário com o acordo estabelecido, com o acordo firmado. Eu havia requerido, em face dos acontecimentos brasileiros, em respeito, que nós levantássemos a sessão. O deputado Rillo, corretamente, regimentalmente, concordou. Ele ia falar, e o deputado Zico Prado foi ao microfone de apartes e aceitou o pedido, para que fosse levantada a sessão, após a fala do deputado Rillo.

Qual não foi minha surpresa! Fiquei meia hora ao telefone, conversando com o deputado Roberto Jefferson, do PTB, para definir a questão da nossa posição lá, e de repente vejo que continua. Não é correto. E se eu tivesse deixado a Assembleia? E se eu tivesse ido embora do plenário, como posso ser pego de surpresa, Sr. Presidente?

Portanto, eu reitro, uma vez mais, que acordo é feito para ser cumprido. Requeiro que seja levantada a sessão, que foi esse o acordo feito. Palavra dada é flecha lançada, não volta mais. Eu que saí do plenário. Quero ver alguém se queixar em relação ao deputado Cauê. E se eu tivesse deixado a Assembleia, para ir a SBC, que vou para lá? Como faço, Fernando?

Quer dizer que eu posso ser prejudicado, e vocês não? Portanto, Sr. Presidente, eu reitro, em nome da palavra dada, que nós cumpramos o que foi estipulado e, em função do apelo feito por deputados desta Casa, que achei correta, e até em respeito, eu requeiro o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Apenas para esclarecer, vou responder à questão de ordem de Vossa Excelência.

Havia, de fato, um pedido feito ao presidente, em razão dos acontecimentos de hoje, para que fosse levantada a sessão. O presidente pretendia, desde que não houvesse um acordo, convocar uma sessão extraordinária para discutir o projeto de lei que estava sendo discutido ontem.

Porém, houve um acordo para o levantamento. Como há deputados inscritos, não posso cortar a palavra do deputado que está inscrito, inclusive na tribuna. O presidente não tem feito cumprir o Art. 18, Inciso I, letra “f”, que permite a interrupção do orador que se desviar da questão. Estamos discutindo aqui o projeto que foi vetado, da deputada Analice Fernandes.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu também estou inscrito, e gostaria muito de falar, especialmente diante da fala ponderada, correta e elogável do nosso colega Coronel Telhada, mas quero dizer que o deputado Campos Machado tem toda a razão.

É extremamente injustificável. Ele sai para um compromisso, logicamente sabemos das funções dele, não só como parlamentar, mas como presidente de partido, secretário geral do partido a nível nacional, enfim, e de repente o que foi combinado não vale.

Portanto, faria um apelo. Também estou inscrito, mas eu faria um apelo ao deputado Barba para abrimos mão das inscrições. Elas estão aí, não faltarão oportunidades, e que nós cumpríssemos o acordo que foi feito.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Permite-me fazer um encaminhamento. É razoável. Eu ia falar em função da fala do Coronel Telhada, mas, atendendo ao pedido do meu líder, considero razoável. Mas quero garantir que na próxima Ordem do Dia, deputado Campos Machado e deputado Barros Munhoz, nós retomemos exatamente com este debate. Pode ser assim? Deputado Cauê, tranquilo? Então, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência, respeitando o que foi tratado no Colégio de Líderes, deixa de convocar a sessão extraordinária. Antes de levantar a presente sessão, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 15 minutos.

* * *

Atos Administrativos

ATO Nº 13/2016, DA MESA, DE 17/05/2016

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 14 do Regimento Interno e considerando o disposto no Ato da Mesa nº 29, de 17 de novembro de 2015, para fins de difusão de cunho cultural, RESOLVE:

Artigo 1º - Instituir nos meses de setembro de cada ano, durante os finais de semana, projeções de filmes, cuja programação será disponibilizada previamente pelo Diretor do Departamento de Documentação e Informação, bem como o Serviço de Audiofonia para que proceda as providências necessárias.

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

DECISÕES DA MESA

DE 17/05/2016

PROCESSO RG Nº 13831/82

Interessado: JETER RODRIGUES PEREIRA

Assunto: Aposentadoria

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE APOSENTAR, nos termos do(a) artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 da Constituição Federal, e do artigo 201, § 9º da Constituição Federal, o(a) senhor(a) JETER RODRIGUES PEREIRA, R.G. nº 85847045, matrícula nº 4447, TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC–II do quadro desta Secretaria, visto contar com 12324 dia(s) de tempo de contribuição no serviço público e 2508 dia(s) de tempo de contribuição à iniciativa privada, conforme certidão do INSS, perfazendo um total de 40 ano(s), 7 mes(es) e 20 dia(s) de tempo de contribuição computado até 30/04/2016, como consta do Título de Liquidação de Tempo de Contribuição nº 194/2016, ficando-lhe assegurados os proventos mensais correspondentes a:

- Nível XX, da Escala de Classes e Vencimentos, anexo III, da Resolução nº 878/2012;
- Gratificação Incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar nº 813/1996;
- Gratificação Legislativa, instituída pela Lei nº 8238/1993;
- Adicional Por Tempo de Serviço, incidente sobre os itens 1,2 e 3;
- Sexta - Parte, incidente sobre os itens 1,2,3 e 4;

Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional. (Decisão nº 1428/2016);

DE 13/05/2016

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

MARTA ESTER BIANCOLI PEDRO, RG nº 19356709-X, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga criada pela referida Lei.

(Decisão nº1399/2016);

(republicado por ter saído com incorreções)

DE 17/05/2016

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ANDERSON MARIANO DE SOUSA, RG nº 478206598, matrícula nº 25471, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1429/2016);

BRUNA LEE LAGES DE ALMEIDA, RG nº 507066856, matrícula nº 24966, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1430/2016);

JOSÉ EDUARDO COIENCA, RG nº 83528842, matrícula nº 15715, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR VII, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº1431/2016);

MARIA LUIZA GONÇALVES MORALES, RG nº 478587909, matrícula nº 24053, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº1432/2016);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ANA CLAUDIA DE PAULA ALBUQUERQUE, RG nº 12147151-2, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE TÉCNICO LEGISLATIVO II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de PAULA ANDREA RIBAS CARLINO.

(Decisão nº1433/2016);

AROLDO GUEIROS DA SILVA, RG nº 43357298-X, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de ALESSANDRO ROSA CAMARGO.

(Decisão nº1434/2016);